

**CULTURA POLÍTICA E SOCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE
COMPARADA ENTRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO
BRASIL E A FRENTE AMPLA NO URUGUAI.**

**POLÍTICAL CULTURE AND SOCIALIZATION: A
COMPARATIVE ANALYSIS OF THE WORKER'S PARTY IN
BRAZIL AND THE BROAD FRONT IN URUGUAY.**

Rodrigo Enrich de Castro¹

Resumo

Que fatores explicam a diferença entre duas experiências de socialização, como a dos Comitês de Base da Frente Ampla no Uruguai e os Núcleos de Base do Partido dos Trabalhadores no Brasil? O presente trabalho propõe uma análise comparativa entre o desenvolvimento dos Comitês de Base da Frente Ampla e os Núcleos de Base do Partido dos Trabalhadores. Primeiramente, analisaremos algumas obras acerca do Partido dos Trabalhadores no Brasil e da Frente Ampla no Uruguai. A partir dos salões e cafés literários surgidos no período da França pré-revolucionária do século XVIII, e especialmente durante o século XX, algumas experiências de socialização entre militantes podem ser identificadas. Os clubes políticos e as células dos partidos comunistas em diversos países parecem ser os exemplos mais conhecidos. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores estimulou a existência dos Núcleos de Base como forma de mobilização e socialização. No Uruguai, os Comitês de Base existem desde 1971, com a criação da Frente Ampla, como um espaço de socialização e militância de base. A diferença entre estas experiências reside no fato de que os Comitês de Base continuam atuantes, mesmo após 13 anos de governo da Frente Ampla, sendo importante na dinâmica interna do partido, enquanto os Núcleos de Base deixaram de existir. Além de explicações institucionais, como apoio do partido, entendemos que a cultura política de uma sociedade é importante para a compreensão do problema. Assim, a partir da análise de dados

¹ *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

quantitativos presentes no *World Values Survey* dos dois países, podemos concluir que uma cultura política democrática pode facilitar o desenvolvimento de espaços de socialização criados por partidos políticos.

Palavras-chave: Cultura Política; Socialização; Militância.

Abstract

Which factors explain the differences between two experiences of socialization, like the ones in the *Comitês de Base* of the Uruguayan Broad Front and in the *Núcleos de Base* of the Brazilian Worker's Party?" The present paper proposes a comparative analysis of the development of *Comitês de Base* of the Broad Front and of the *Núcleos de Base* of the Worker's Party. Initially, we analyze literature about the Worker's Party in Brazil and the Broad Front in Uruguay. From the literary salons and cafés which started during the revolutionary times in France in the 18th century, and especially during the 20th century, some socialization experiences among militants can be identified. The *club politique* and the communist party cells in many countries seem to be the most known examples of these experiences. In Brazil, the Worker's Party has promoted the existence of the *Núcleos de Base* as a way for mobilization and socialization. In Uruguay, the *Comitês de Base* exist since 1971, which is the same year of the creation of the Broad Front, as a space for socialization and base militancy. The difference between these two experiences lie on the fact that the *Comitês de Base* are still active, even after 13 years of the Broad Front administration, which is important in the internal dynamic of the party, while the *Núcleos de Base* no longer exist. Besides institutional explanations, such as party support, we understand that the political culture of a society is important to the comprehension of this difference. Therefore, from the analysis of the data about party confidence, importance of democracy, interpersonal trust and support to an authoritarian regime, all of which present in the World Values Survey in both countries, we come to the conclusion that a democratic political culture may facilitate political socialization among party militants.

Keywords: Political Culture; Socialization; Militancy.

Introdução

É na França do período revolucionário de 1789 que surgiram sociedades como as *sociétés patriotiques*, *société des amis de la constitution* e a *société des amis des droits de l'homme et du citoyen*, ativas especialmente entre 1790 e 1793. Estas sociedades surgiram a partir dos *salons* literários e estavam inspirados na dinâmica associativa da maçonaria (BOUTIER, BOUTRY, 1989). Esse tipo de associação voluntária e individual foi considerada uma ruptura em relação a formas de socialização anteriores, como a igreja (BAUREPAIRE, 2014, p. 85). A partir dessas sociedades surgiram os *clubs politiques*, que atingiram seu auge durante a Revolução Francesa (BOUTIER; BOUTRY, 1989, p. 58) mas mantiveram sua vigência durante o século XIX e serviam como espaço de debate e de socialização.

É, portanto, a partir dos salões e cafés literários surgidos no período da França pré-revolucionária do século XVIII, que se desenvolveram durante o século XIX e especialmente durante o século XX, que algumas experiências de socialização entre militantes podem ser identificadas. Os clubes políticos e as células dos partidos comunistas em diversos países parecem ser os exemplos mais conhecidos. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) estimulou a existência dos Núcleos de Base como forma de mobilização e socialização. No Uruguai, os Comitês de Base existem desde 1971, a partir da criação da Frente Ampla (FA), como um espaço de socialização e militância de base. Os Comitês de Base continuam atuantes, mesmo após 13 anos de governo da Frente Ampla, sendo importante na dinâmica interna do partido, enquanto os Núcleos de Base deixaram de existir.

Que fatores explicam a diferença entre duas experiências de socialização, como a dos Comitês de Base da Frente Ampla no Uruguai e os Núcleos de Base do Partido dos Trabalhadores no Brasil? Além de explicações institucionais, como apoio do partido, entendemos que a cultura política de uma sociedade é importante para a compreensão do problema.

Metodologia

Primeiramente, foram analisados alguns trabalhos acerca do Partido dos Trabalhadores no Brasil, especificamente Meneguello (1989), Keck (2010) e Cesar (1995), e da Frente Ampla no Uruguai, sobretudo Bayley (2005) e Garcé e Yaffé (2014). Em seguida, foram selecionadas duas variáveis de cultura política, sendo elas confiança

interpessoal e apoio a um governo autoritário, presentes no *World Values Survey* nos dois países. A pesquisa WVS no Uruguai ocorreu apenas nas 3ª (1994-1998), 5ª (2005-2009) e 6ª (2010-2014) ondas, assim, para a cultura política brasileira foram escolhidas as mesmas ondas para efeito comparativo. Finalmente, foram cruzados dados sobre a importância de ter um sistema político democrático com os dados sobre participação em partidos políticos e de confiança nos partidos.

Cultura política e socialização

A preocupação com a relação entre os valores, atitudes e crenças das pessoas e a organização da sociedade é antiga e pode ser identificada em autores como Platão, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville (ALMOND, VERBA, 1980). No entanto, é apenas na metade do século XX que o conceito de cultura política é utilizado de forma sistemática, a partir do trabalho de Almond e Verba publicado em 1963, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*. Os autores realizaram uma pesquisa quantitativa do tipo *survey* em cinco países (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México) e foram entrevistadas cerca de cinco mil pessoas. Almond e Verba chegaram à conclusão de que a Inglaterra e os Estados Unidos possuem uma cultura cívica, que é uma cultura política mista, onde coexistem indivíduos ativos e participativos politicamente com indivíduos passivos (ALMOND; VERBA, 1970, p. 530). Os autores identificam no desenvolvimento histórico da Inglaterra a origem da cultura cívica então existente, visto que “*la historia entera del nacimiento de la cultura cívica se halla recogida en la historia inglesa*” (Ibid. p. 24). Deste modo, na Inglaterra a cultura cívica é o resultado de uma série de choques entre modernização e tradicionalismo que originaram uma cultura pluralista, combinando elementos tanto de modernidade quanto de tradição.

O conceito de cultura política utilizado pelos autores é o de “*orientaciones específicamente políticas, posturas relativas al sistema político y sus diferentes elementos, así como actitudes con relación al rol de uno mismo dentro de dicho sistema*” (Ibid, p. 30). A ideia de que aquilo que as pessoas pensam sobre a política é essencial para a compreensão acerca de processos de instalação e consolidação de regimes democráticos foi talvez a principal contribuição dos estudos de cultura política para as ciências sociais, deste modo a maior virtude da obra de Almond e Verba, de acordo com Castro, é “a comprovação da existência de relação entre o que as pessoas pensam e a organização da sociedade” (CASTRO, 2014, p. 14).

Entretanto, é necessário cuidado ao aplicar o conceito de cultura política tal como o utilizam Almond e Verba, já que o estudo dos referidos autores insere-se no contexto da Ciência Política norte-americana do período da guerra fria que, segundo Castro, propunha-se a “por um lado, reforçar e justificar a compreensão de supremacia da sociedade norte-americana como modelo a ser seguido, por outro, promover e justificar a política exterior norte-americana, em particular a que primou por impor a democracia” (Ibid, p. 13), tendo recebido muitas críticas, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico (CASTRO, 2014; RENNÒ, 1998). O conceito de cultura política acima exposto será utilizado para compreender o contexto social em que estão inseridos os Comitês de Base e os Núcleos de Base.

Contudo, outra questão importante sobre a cultura política envolve o conhecimento acerca de como uma determinada cultura política é transmitida entre as gerações. O conceito-chave para entender esse processo é o de socialização política, sendo fundamental esclarecer o que se entende por socialização política. O conceito de socialização política aqui utilizado é aquele entendido como “processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento” (EASTON; DENNIS, 1969, apud SCHMIDT, 2000, p. 56). Todavia, existe controvérsia quanto ao momento em que ela ocorre, como ocorre e quais agências de socialização tem mais peso (família, escola, trabalho, mídia, etc.). Esse debate é o que divide o desenvolvimento dos estudos sobre socialização política em diferentes etapas, cada uma correspondendo a uma interpretação acerca das fases em que a socialização política ocorre e a importância de cada uma.

Para melhor entender o conceito é necessário uma breve contextualização sobre a origem e o desenvolvimento dos estudos sobre socialização política, de forma alguma exaustiva. A obra de Hyman, *Political Socialization* (1959), é considerada o primeiro estudo específico sobre socialização política. Hyman se ocupou basicamente de três dimensões: participação e envolvimento; objetivos radicais ou conservadores; e apoio a governos democráticos ou autoritários. Easton e Dennis (1969) publicam *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*, uma obra coletiva que se tornou referência na área de socialização política. Assim, foi durante os anos 1970 que a área de socialização política alcançou reconhecimento na Ciência Política norte-americana (WASBURN, COVERT, 2017, p. 4).

Esses estudos iniciais definiram a primeira fase dos estudos sobre socialização política, onde se destacaram a importância da socialização infantil no desenvolvimento de padrões de atitudes em relação à política, com maior importância ao papel da família. Pode-se identificar uma segunda fase, de acordo com Schmidt, a partir de 1974, com a obra *The Political Character of Adolescence: The Influence of Families and Schools*, de Jennings e Niemi. Na referida obra, os autores afirmam que a escola pode ser a principal influência na formação de atitudes e crenças políticas, e não a família, como afirmavam estudos anteriores (SCHMIDT, 2000, p. 57).

Wasburn e Covert, tendo como referência a obra de David Sears, identificam quatro perspectivas sobre o desenvolvimento e manutenção de padrões de atitudes e sentimentos em relação à política. Em um extremo, a perspectiva da persistência (*persistence perspective*), segundo a qual o aprendizado ocorrido na fase pré-adulta muda pouco no decorrer da vida, sendo imune à mudanças; no outro extremo está a perspectiva da abertura durante toda a vida (*lifetime openness perspective*), na qual as mudanças em relação à sentimentos e atitudes podem acontecer em qualquer fase da vida (WASBURN, COVERT, 2017, p. 4). Entre esses dois extremos estaria a perspectiva do ciclo de vida (*life cycle perspective*), em que as pessoas estão mais suscetíveis a adotar certas atitudes e sentimentos em determinadas fases da vida, e a perspectiva dos anos impressionáveis (*impressionable years perspective*), que afirma que atitudes e crenças políticas são mais propensas à mudança na fase que vai do final da adolescência ao início da vida adulta (Ibid).

Na mesma obra, Wasburn e Covert enfatizando a importância do contexto histórico no qual o indivíduo se desenvolve no processo de socialização política, identificam cinco períodos na história política recente dos Estados Unidos que influenciaram na socialização política de diferentes formas: o período da grande depressão e do *New Deal* (1929-1939); o período imediatamente posterior à segunda guerra mundial (1945-1959); o período que os autores chamam de turbulentos anos 1960 e começo dos anos 1970; os anos do governo Reagan (1980-1992) e os anos pós-Reagan, de 1992 até o presente, mostrando como determinados eventos em determinados períodos tem forte peso no processo de “maturação”. Os autores entendem o conceito de “maturação” como a relação entre dois processos: de um lado o desenvolvimento cognitivo e por outro lado a sofisticação política. (WASBURN, COVERT, 2017, p. 47).

Esclarecido o conceito de socialização, é importante para o desenvolvimento do trabalho conhecer a origem e o desenvolvimento do PT e seus Núcleos de base e da FA e seus Comitês de base.

O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base

Os trabalhos sobre o PT utilizados neste trabalho serão os de Meneguello (1989), Keck (2010) e Cesar (1995). As obras de Meneguello e Keck (2010) examinam o PT como uma novidade (MENEGUELLO, 1989) e uma anomalia (KECK, 2010) no sistema político brasileiro, desde sua fundação no contexto de transição democrática do final dos anos 1970, tendo como foco a análise do desenvolvimento histórico-institucional do partido. Cesar (1995) classifica o PT com um partido original dentro do contexto brasileiro, um “partido classista contemporâneo” (CESAR, 1995, p. 298) e utiliza *surveys* e documentos oficiais do partido para analisar o perfil dos militantes e dirigentes e suas opiniões sobre o partido. Seja caracterizado como novidade, anomalia ou original, os autores concordam com o fato de que o PT era diferente dos demais partidos, e uma dessas diferenças era o fato de que o partido era “fortemente enraizado em bases sociais” (MENEGUELLO, 1989, p. 21).

A necessidade de criar um partido que representasse os interesses da classe trabalhadora² nasceu em diversos sindicatos por todo o país após as greves realizadas a partir de 1978 (KECK, 2010, p. 102). O Partido dos Trabalhadores foi fundado apenas em fevereiro de 1980, por lideranças sindicais, políticos ligados ao MDB, intelectuais, movimentos populares urbanos e setores progressistas da igreja católica (MENEGUELLO, 1989, p. 57-58). Como partido ligado à classe trabalhadora o PT tinha como objetivo “organizar politicamente as massas trabalhadoras no país, com vistas à construção de um socialismo adequado às condições da sociedade brasileira” (CESAR, 1995, p. 223) e como princípio garantir a participação dos militantes nas decisões do partido através dos Núcleos de Base, que deveriam “promover a educação política dos membros e militantes do partido e servir como uma garantia da democracia partidária interna” (KECK, 2010, p. 151). Cesar afirma que o crescimento do partido deveu-se a seu enraizamento social, dado que “analisando-se o total de votos obtidos pelo PT desde a primeira eleição de que participou, pode-se verificar que este partido acumulou um

² Importante considerar que os partidos comunista e socialista já existiam e também se consideravam representantes dos trabalhadores.

crescimento eleitoral de quase 900% em apenas 12 anos” (CESAR, 1995, p.10), passando de 3,1% dos votos em 1982 a 27% em 1994.

Os Núcleos de Base foram “a principal inovação organizacional petista em seu período de formação” (AMARAL, 2013, p. 69). De acordo com o primeiro estatuto do partido, as principais funções do Núcleo eram

a) receber a filiação ao PT; b) ser o espaço principal de militância, educação e formação política dos filiados; c) atuar como instrumento de intervenção e organização da ação política dos petistas junto ao movimento social, constituindo portanto um elo de ligação entre partido e sociedade; d) ser consultado pelas instâncias superiores nas questões mais relevantes; e) articulados entre si, os núcleos deveriam conformar veículos de pressão das bases sobre os órgãos partidários – ao ter poderes, por exemplo, para convocar (com um terço dos núcleos) reuniões extraordinárias do Diretório Municipal. (RIBEIRO, 2008, p. 247)

A preocupação do PT em manter a ligação com as bases através dos Núcleos foi provavelmente motivada pela experiência das Comunidades Eclesiais de Base, que eram, segundo Frei Betto

Pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) (BETTO, 1985, pp. 16-17)

No entanto, já em 1987 os núcleos eram poucos, precários e abandonados (RIBEIRO, 2008, p. 71). Dessa forma,

De novidade institucional e símbolo maior do incentivo a uma participação de alta intensidade nas atividades partidárias por parte dos filiados, os núcleos de base se transformaram, em alguns anos, em organismos desarticulados e incapazes de cumprir as funções para as quais foram criados no início dos anos de 1980 (AMARAL, 2013, p. 72).

Segundo Amaral, a falência dos núcleos deve-se a opções das lideranças do partido de valorizar os Diretórios Municipais e a elementos conjunturais. Para Ferreira, a ideia dos Núcleos de Base consistia em “atribuir ao militante uma disposição de participação inexistente” (FERREIRA, 2008, p. 125), e o presente trabalho se aproxima

dessa perspectiva a partir da hipótese de que a falta de uma cultura política democrática pode ter contribuído para o fracasso dos Núcleos de Base.

Segundo Ribeiro “os núcleos não passam, hoje, de resquícios da organização primitiva do PT, vivendo apenas nas recordações nostálgicas de uma “época dourada” da militância petista” (RIBEIRO, 2008, p. 253), e aponta três causas do fim dos núcleos de base: utilização dos núcleos como espaço de disputas internas entre as facções; a falta de infraestrutura básica e de recursos financeiros; e a transformação dos núcleos em comitês meramente eleitorais (Ibid, p. 251). Concordando com os fatores acima citados sobre os motivos que levaram o PT a abandonar os Núcleos de Base, nossa hipótese é de que a ausência de uma cultura política democrática também pode ter contribuído para o fracasso dos Núcleos de Base e, no caso uruguaio, uma cultura política mais democrática permitiu que os Comitês de Base continuassem ativos e importantes dentro da estrutura interna do FA.

A Frente Ampla e os Comitês de Base

Entre os diversos trabalhos que tentaram explicar o sucesso da Frente Ampla em acabar o bipartidarismo uruguaio, destacam-se os de Bayley (2005) e de Garcé e Yaffé (2014). Bayley, que fez parte da Comissão Nacional de Propaganda da FA, refaz a história da criação da FA desde a formação dos primeiros partidos de esquerda no Uruguai até a vitória nas eleições presidenciais de 2004, utilizando documentos e arquivos do partido e a sua própria análise como alguém que foi militante ativo do partido por muitos anos. Por outro lado, a obra de Garcé e Yaffé (2014) classificam os últimos anos no Uruguai, desde a vitória da FA em 2004, como a “era progressista”. Ao fazer um balanço histórico do desenvolvimento da FA, os autores dividem a história do partido em três fases: a esquerda *frenteamplista*, da fundação da FA até a volta de democracia; a esquerda em transição, da democratização até 1994, com a formação do *Encuentro Progresista*; e a esquerda progressista, de 1994 até a vitória em 2004 e os anos posteriores, já como partido de governo. Os autores utilizam os diversos documentos elaborados pelo partido desde sua fundação, como bases programáticas, além de entrevistas com políticos ligados à FA.

Os partidos historicamente minoritários na política uruguaia (comunista, socialista e democrata-cristão) realizaram diversas tentativas de aliança política desde a segunda metade dos anos 1950 e princípio dos anos 1960 como uma forma de combater os partidos tradicionais e de enfrentar a grave crise econômica e social. (CAETANO, 2005). Em

1970, no auge da crise, foi justamente a partir da aliança entre os partidos minoritários e setores progressistas egressos dos partidos tradicionais que foi criada a Frente Ampla (FA), que nas eleições de 1971 foi o terceiro partido mais votado no país, sendo o segundo colocado na capital Montevidéu, feito inédito na política uruguaia. Como forma de evitar a fragmentação e manter a recente aliança entre diferentes partidos, a Frente Ampla optou por uma candidatura única para a presidência nas eleições de 1971, contrariando a histórica divisão dos partidos em diversas candidaturas. A eleição marcou a emergência de uma terceira força política no sistema uruguaio, algo inédito na história do país (NAHUM, 2011, p. 221).

Desde a eleição de 1971, uma das características da FA é sua estrutura democrática, tendo como primeiro espaço de convivência política os Comitês de Base, criados no começo de 1971 como forma de conquistar mais eleitores e levar à população as propostas da FA. Segundo o artigo 1º do capítulo 1 de seu estatuto³, o partido é uma “*fuera política de cambio y justicia social, creación histórica permanente del pueblo uruguayo, de concepción nacional, progresista, democrática, popular, antioligárquica y anti-imperialista*” (ESTATUTO FA, 2011). Essa caracterização é um indício da amplitude do espectro ideológico que conforma a FA. No entanto, o partido apresenta uma democracia interna que foi importante na sua fundação em 1971, na volta da democracia a partir de 1984 e que continua atuante mesmo depois de 13 anos de governo *frenteamplista* na presidência da República Oriental do Uruguai. O elemento representativo dessa democracia interna é o Comitê de Base, presente desde a fundação do partido até os dias de hoje. Portanto, a base da democracia interna da Frente Ampla reside nos Comitês de Base (BAYLEY, 2005, p. 49), um espaço de convivência, debate e socialização, distribuídos por bairros e por setores (estudantes universitários, trabalhadores de diversos setores, etc.) onde todos podem participar, independentemente de serem ou não filhados à Frente Ampla.

Pode-se traçar a origem desses espaços de socialização no Uruguai dos primeiros anos do século XX. No período em que se forma a FA, os dois partidos tradicionais (Nacional e Colorado) há décadas já contavam com seus “clubes políticos”, similares em sua função e abrangência aos Comitês de Base e que segundo German Rama,

³ Estatuto del Frente Amplio, Disponível em <https://frenteamplio.uy/nuestra-voz/estatuto>.

Fue (o clube político) la agencia de politización e incorporación de la masa, especialmente urbana, al proceso de decisiones. Como tal jugó un papel de extrema importancia en la socialización, la institucionalización de la participación progresiva de los estratos sociales – especialmente los inferiores – en el poder y de comunicación de éste con la base. (RAMA, 1971, p. 15)

O *club político* no Uruguai foi criado inicialmente pelo Partido Colorado, durante a presidência de Batlle y Ordoñez (1903-1907 e 1911-1915), como forma de democratizar a estrutura do partido a partir da aproximação com o eleitorado e também de funcionar como “*escuela de civismo*” (NAHUM, 2004, p. 37), e incentivar os eleitores a participar diretamente na organização e no programa do partido (GRAMPONE, 1984, p. 48). Com o passar do tempo, os clubes perderam sua função de “escola de civismo” e passaram a funcionar como espaço para troca de favores, pedidos de emprego, de aposentadorias e outros tipos de ajuda (RAMA, 1971).

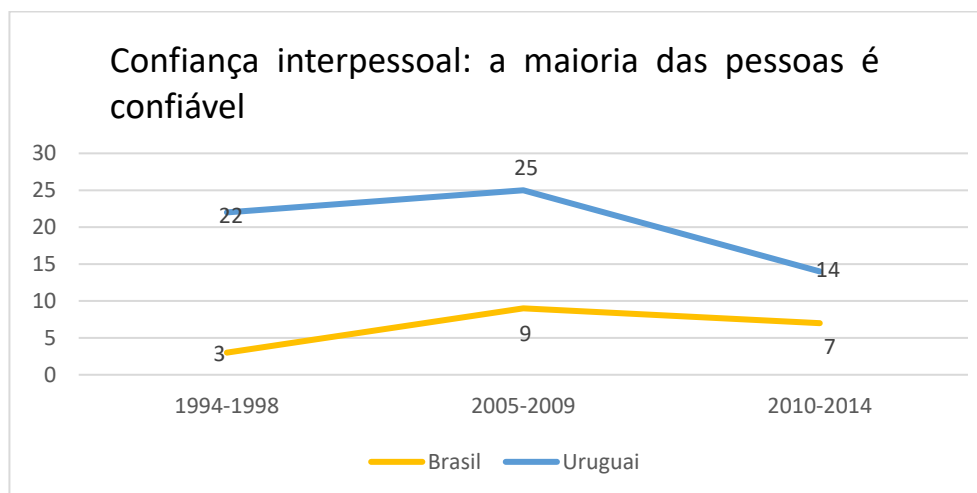
Cultura política no Brasil e no Uruguai

Retomando a hipótese do trabalho, os espaços de socialização, mobilização e educação política promovidos pelos partidos tendem a se consolidar em sociedades onde existe uma cultura política mais democrática, e encontram maiores dificuldades em sociedades onde essa cultura política está ausente ou enfraquecida. Para conhecer a cultura política dos dois países aqui mencionados, analisaremos alguns dados do *World Values Survey*, mais especificamente dados sobre confiança interpessoal e apoio a um governo autoritário, assim como o cruzamento de dados sobre importância de ter um sistema político democrático com participação partidária e confiança nos partidos. São utilizados dados da 3ª, 5ª e 6ª ondas para comparar a cultura política nos dois países, dado que são as únicas ondas realizadas no Uruguai.

A confiança, seja entre os cidadãos seja em relação às instituições, é fator importante para a superação de problemas coletivos (BAQUERO, 2000, MOISÉS, 2010; PUTNAM, 1996), dado que “fornece a base da aceitação e da submissão à lei e às normas democráticas” (MOISES, 2010, p. 47). O Gráfico 1 mostra a variável “Confiança interpessoal”, que corresponde à questão “De modo geral, o (a) Sr(a) diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas?”, considerando apenas aqueles que responderam que a maioria das pessoas é confiável. Podemos ver que a confiança interpessoal no Uruguai é sempre maior que no Brasil, subindo de 22% na 3ª onda para 25% na 5ª onda e caindo para 14% na 6ª onda, enquanto no Brasil a confiança

interpessoal alcança o máximo de 9% na 5ª onda, portanto bem abaixo dos níveis de confiança do Uruguai.

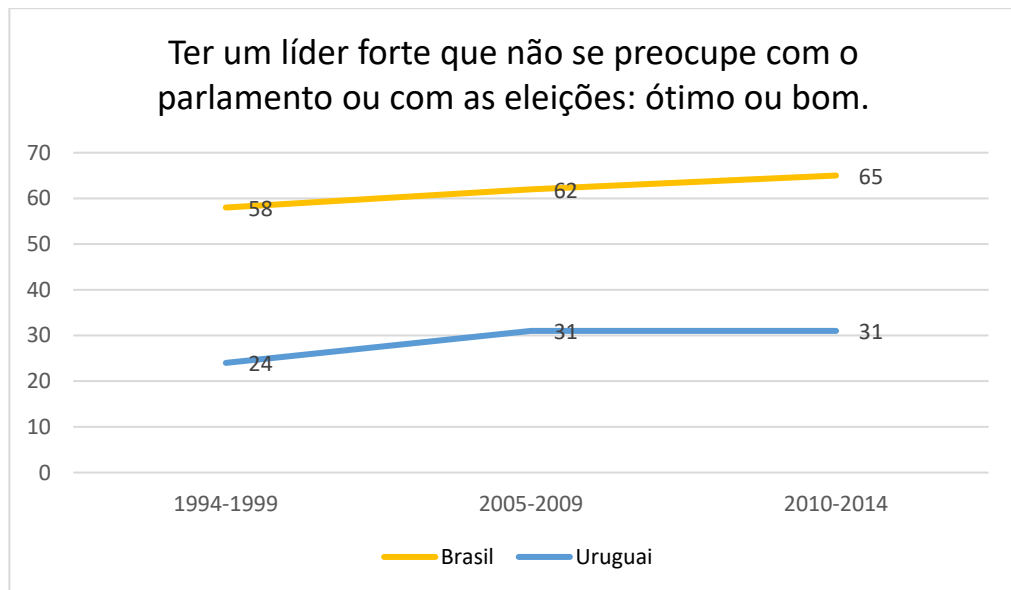
GRÁFICO 1



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Values Survey*.

No Gráfico 2 vemos os níveis de apoio a um líder forte, a partir da questão “Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições”. No Uruguai aqueles que consideram “ótimo” ou “bom” um governo com essas características são 24% na 5ª onda e 31% na 5ª e na 6ª onda, enquanto no Brasil são 58% na 3ª onda, esse número sobe para 62% na 5ª onda e para 65% na 6ª onda, sempre o dobro ou mais do que os números do Uruguai, fenômeno identificado por Castro como “nostalgia da ditadura”, característico da cultura política brasileira, onde “a possibilidade de que o desencanto com a não resolução dos problemas sociais pelos governos democráticos se reverta em descrédito da própria democracia e em uma tentativa de volta ao passado, quase sempre idealizado” (CASTRO, 2014, p. 112) associado ao período militar.

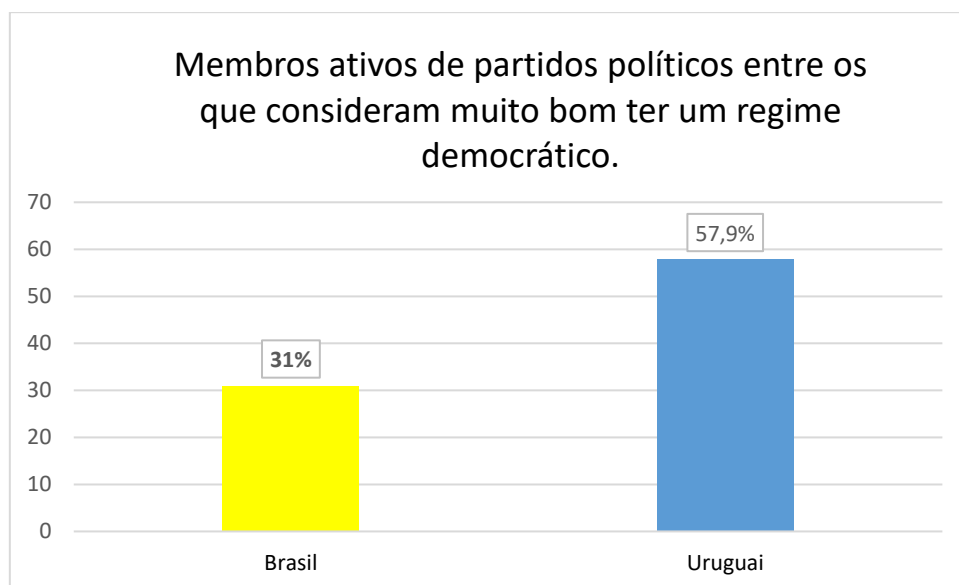
GRÁFICO 2



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *World Values Survey*.

Para saber se a cultura política mais democrática identificada entre os uruguaios se reflete na maior participação partidária, faremos um cruzamento entre a variável “opinião sobre um governo democrático”, utilizando somente aqueles que responderam “muito bom”, e duas variáveis sobre partidos: aqueles que se declararam membros ativos de partidos e a confiança nos partidos, sendo considerados apenas os que disseram ter muita confiança. O gráfico 3 mostra que entre os brasileiros que disseram ser muito bom ter um regime democrático, 31% disseram ser membros ativos de partidos políticos, enquanto 57,9% dos uruguaios que consideram muito bom ter um regime democrático também disseram ser membros ativos de partidos políticos. Mesmo sem podermos identificar de que partido são aqueles que afirmaram serem membros ativos, vemos que os uruguaios com opinião positiva sobre a democracia participam muito mais em partidos políticos que os brasileiros.

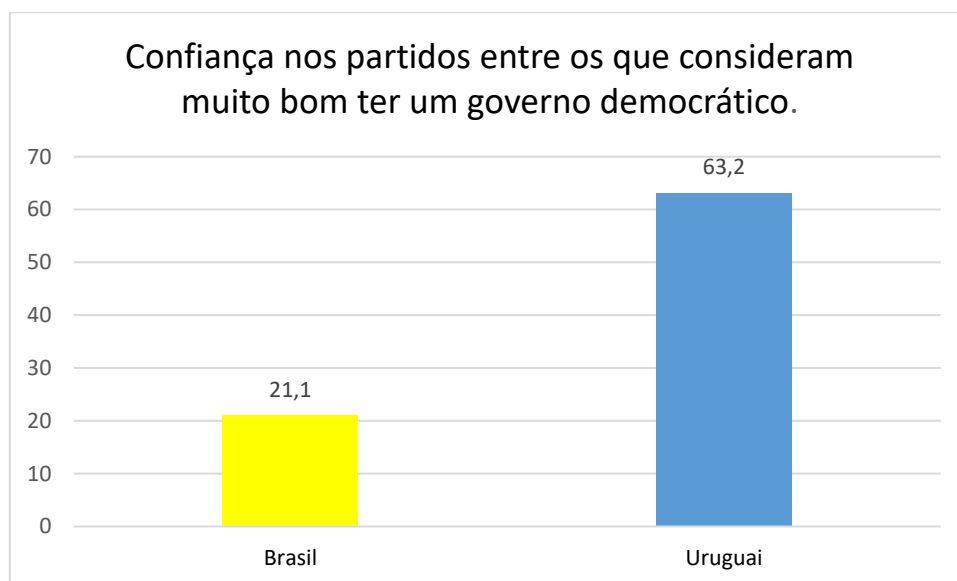
GRÁFICO 3



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *World Values Survey*. Brasil, 2014 (n=1486), Uruguai, 2011 (n= 1000).

A confiança é considerada fundamental para o bom desempenho das instituições democráticas (MOISÉS, 2010; PUTNAM, 1996), pois “preenche o vazio derivado das dificuldades das pessoas comuns em mobilizar os recursos cognitivos necessários para avaliar e julgar a qualidade das complexas decisões políticas que afetam suas vidas” (MOISÉS, 2010, p. 9). O gráfico 4 mostra que entre os brasileiros que disseram ser muito bom ter um regime democrático, 21,1% disseram ter muita confiança nos partidos políticos, enquanto 63,2% dos uruguaios que consideram muito bom ter um regime democrático tem muita confiança nos partidos. Os dados mostram que os uruguaios que valorizam a democracia também confiam e participam mais em instituições partidárias que os brasileiros que valorizam a democracia. Isso pode ser uma parte da explicação do fracasso dos Núcleos de Base no Brasil e do sucesso dos Comitês de Base no Uruguai.

GRÁFICO 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *World Values Survey*. Brasil, 2014 (n=1486), Uruguai, 2011 (n= 1000).

Conclusão

Espaços de discussão política e socialização existem, pelo menos, desde o período da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Desde então, surgiram locais de socialização como os *clubs politiques* dos partidos liberais ou as células dos partidos comunistas. Criados por partidos latino-americanos de esquerda ainda em sua fase de formação, os Núcleos de Base e os Comitês de Base tinham basicamente os mesmos objetivos. No entanto, os Núcleos duraram pouco tempo depois da criação oficial do PT, enquanto os Comitês continuam atuantes após 47 anos da criação da FA. O que explica o sucesso de uma experiência e o fracasso de outra? As explicações de algumas obras, especialmente sobre o Partido dos Trabalhadores, focam-se nas decisões da direção partidária e nos estatutos do partido. A partir de dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), buscamos uma explicação alternativa, a partir da cultura política dos dois países e partindo da hipótese de que uma cultura política que valorize a democracia, de confiança nos partidos, de confiança entre as pessoas e sobretudo desaprovação de um governo autoritário, pode contribuir para o sucesso de espaços de socialização e participação, como os criados pela Frente Ampla e pelo Partido dos Trabalhadores.

Os dados mostram que, em comparação com os brasileiros, os uruguaios confiam mais nas pessoas e a grande maioria não apoia um governante autoritário. Ao mesmo tempo, entre os cidadãos que acreditam ser muito bom ter um governo democrático, os

uruguayos confiam mais nos partidos e também participam mais em instituições partidárias. Sem a pretensão de ser um estudo exaustivo, dado que outras variáveis pode influenciar na escolha de participar ou não em algum partido, e sem ser possível saber em qual partido participam os que responderam serem participantes ativos, é possível relacionar esses dados com a estabilidade e continuidade de espaços de socialização, mobilização e educação política como os Comitês de Base da FA. A criação desses espaços depende quase que exclusivamente de decisões da direção partidária, seu sucesso, no entanto, depende da existência de uma cultura política democrática, o que não é o caso brasileiro.

As explicações existentes sobre o fim dos Núcleos de Base presentes em alguns trabalhos (AMARAL, 2013; FERREIRA, 2008; RIBEIRO, 2008), enfocam as decisões de lideranças partidárias e institucionais, sem mencionar o fato de que no Brasil falta uma cultura política que valorize esse tipo de participação e socialização. Assim, às explicações existentes, é possível acrescentar a ausência de uma cultura política democrática, o que pode ter contribuído para impedir o desenvolvimento dos Núcleos de Base no Brasil. O trabalho realizado não pretendeu ser exaustivo, dado que outras variáveis também podem ser utilizadas, assim como a inclusão de outros países e de dados mais recentes, a análise de outros trabalhos sobre os dois partidos aqui estudados e o aprofundamento das decisões internas de cada partido que influenciaram no desenvolvimento de seus respectivos espaços de socialização.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture Revisited**. Newbury Park: Sage Publications, 1980.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **La Cultura Cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones**. Madrid: Euramérica, 1970.

AMARAL, Oswaldo. **As Transformações nas Formas de Militância no Interior do PT: maior inclusão e menor intensidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, nº 82, junho/2013.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

BAUREPAIRE, Pierre-Yves. **La Fabrique de la Sociabilité**. Dix-huitième siècle, 2014/1 (nº 46), p. 85-105.

BAYLEY, Miguel Aguirre. **Frente Amplio: La Admirable Alarma de 1971**. Montevideo: Ediciones Cauce, 2005.

BETTO, Frei. **O Que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BOUTIER, Jean. BOUTRY, Philippe. **Les Sociétés Politiques en France de 1789 à l'an III**. Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine, tome 36, nº 1, pp. 29-69, jan/mar, 1989.

CAETANO, Gerardo (coord.). **La Fundación del Frente Amplio y las Elecciones de 1971**. Montevideo: Ediciones Santillana, 2005.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Cultura Política Comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **Verso, Reverso e Transverso: o PT e a democracia no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

FERREIRA, Jaqueline. **O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008.

GARCE, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La Era Progresista: hacia un nuevo modelo de desarrollo**. Montevideo: Fin de Siglo Editorial, 2014.

GRAMPONE, Antonio. **La Ideología de Batlle**. Montevideo: Librosur, 1984.

HYMAN, Herbert. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. Illinois: The Free Press, 1959.

KECK, Margaret. **PT: A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido: 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay**. Tomo II: 1903-2000. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

NAHUM, Benjamín. **Breve Historia del Uruguay Independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMA, German. **El Club Político**. Montevideo: Arca Editorial, 1971.

RENNÓ, Lúcio. **Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes**. BIB, n. 45, pp. 71-92, 1º semestre de 1998.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WASBURN, Philo, COVERT, Tawnya. **Making Citizens: political socialization research and beyond**. Palgrave Macmillan, 2017.